

A folia delirante de ontem

NOTAS DELIRANTES PARA A RETOMADA DAS CIDADES

DELIRIOUS NOTES ON RECLAIMING CITIES

Carolina Clasen¹ e Alyssa Volpini²

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre as cidades a partir de uma abordagem histórico-ensaística que articula pandemia, corpo e festa como dimensões políticas da vida urbana. O percurso analítico estabelece uma aproximação entre três momentos: as práticas de mitigação do contágio durante a pandemia, os cenários produzidos pela Gripe Espanhola de 1918 e a ação coletiva “Carnival Against the Capital”, realizada em Londres em 1999. Com base na análise de documentos e registros imagéticos, investiga-se de que modo práticas festivas e manifestações podem ser compreendidas como formas de insurgência urbana, tensionando processos de controle dos corpos e restrição do uso do espaço público. Apoiado nas contribuições de Walter Benjamin, Aby Warburg, Saidiya Hartman e Georges Didi-Huberman, o texto argumenta que tais experiências revelam gestos de contestação, capazes de reativar a dimensão pública da vida e sugerir a emergência de outros modos de estar e produzir a cidade.

Palavras-chave: cidades; espaço urbano; insurgência urbana; carnaval; pandemia.

Abstract

This article reflects on contemporary cities through a historical-essayistic approach that articulates pandemic, body, and festivity as political dimensions of urban life. The analytical trajectory establishes a connection between three moments: contagion mitigation practices during the pandemic, the scenarios produced by the 1918 Spanish Flu, and the collective action Carnival Against the Capital, held in London in 1999. Based on the analysis of documents and visual records, the study investigates how festive practices and public demonstrations can be understood as forms of urban insurgency, challenging processes of bodily control and restrictions on the use of public space. Drawing on the contributions of Walter Benjamin, Aby Warburg, Saidiya Hartman, and

Georges Didi-Huberman, the article argues that such experiences reveal gestures of contestation capable of reactivating the public dimension of life and suggesting the emergence of other ways of inhabiting and producing the city.

Key-words: cities; urban space; urban insurgency; festivity; pandemic.

O contexto de produção desta reflexão, situado no ano de 2021, é marcado por transformações intensas no uso e na regulação do espaço público, decorrentes da pandemia de COVID-19. Tal cenário não apenas instituiu práticas de contenção e distanciamento, como também evidenciou a persistência de estruturas sociais atravessadas por desigualdades raciais, autoritarismos políticos e formas históricas de controle dos corpos. Diante desse quadro, este artigo propõe uma aproximação entre diferentes momentos históricos em que o espaço urbano foi tensionado por situações de crise sanitária e por manifestações coletivas, com ênfase em práticas festivas e insurgentes. Para tanto, são analisados, em perspectiva relacional, contextos distintos nos quais emergem formas de ocupação e reivindicação da cidade, articulando pandemia, corpo e vida pública.

Ao percorrer tais experiências, busca-se contribuir para a compreensão da urbanidade enquanto construção histórica e prática coletiva, destacando a centralidade da presença corporal e da ação conjunta na produção do espaço urbano. Nesse sentido, a evocação de manifestações festivas, do uso intensivo do espaço público e de formas de celebração coletiva opera como chave analítica para refletir sobre os limites e as possibilidades da vida urbana contemporânea.

O percurso metodológico fundamenta-se em uma abordagem histórico-ensaística, que articula a análise de documentos e registros imagéticos com uma leitura crítica de eventos e práticas sociais, entendidos como vestígios de experiências urbanas insurgentes. Inspirado nas contribuições de Walter Benjamin, Aby Warburg, Saidiya Hartman e Georges Didi-Huberman, o texto mobiliza uma perspectiva que reconhece nas imagens e narrativas históricas não apenas registros do passado, mas potências de reativação de sentidos para o presente. Nesse contexto, retomar a presença do corpo na cidade, a celebração coletiva e a dimensão festiva da vida urbana configuram-se como gesto analítico e político, capaz de iluminar disputas em torno do espaço público e de indicar outras formas de habitar e produzir a cidade.

Sassassaricando

Importa menos reconstituir os acontecimentos em sua exatidão do que acompanhar aquilo que deles insiste. Certos gestos reaparecem quando os corpos voltam às ruas; certas imagens sobrevivem mesmo quando seus contextos já não existem. Entre um carnaval que sucede uma pandemia, uma multidão que ocupa o distrito financeiro de Londres e os últimos instantes de folia antes do isolamento sanitário, não se pretende estabelecer uma continuidade histórica, mas perceber algumas persistências. Como quem recolhe serpentinas depois da passagem do bloco, interessa reunir fragmentos capazes de oferecer pistas para pensar a cidade por sua dimensão viva, coletiva e insurgente.

Talvez porque, diante da catástrofe, nunca tenhamos acesso à totalidade dos acontecimentos. Restam vestígios, relatos dispersos, fotografias, corpos e memórias. É a partir dessas sobras que se torna possível imaginar outras formas de presença, outros usos para o espaço urbano e outras maneiras de estar junto. Não como antecipação do futuro, mas como exercício atento aos movimentos que insistem em atravessar a história.

¹ Doutora pela FAUUSP, pesquisadora no campo dos estudos urbanos, com ênfase em abordagens interdisciplinares que articulam infâncias, dinâmicas urbanas e produção do espaço. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), desenvolve pesquisa voltada à análise das experiências e territorialidades de crianças em situação de rua na cidade de São Paulo, a partir de metodologias cartográficas críticas e da produção de dados situados. Colabora com grupos de pesquisa nacionais e internacionais, integrando a Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana (RELATEUR), o Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP/FAU-USP) e o Grupo de Trabalho Cidade, Infâncias e Juventudes do Instituto dos Arquitetos do Brasil Departamento de São Paulo (IAB/SP).

² Especialista em Assessoria Técnica, Habitação Social e Direito à Cidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Artes Plásticas e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB), atua como assessora técnica popular junto aos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e ao Quilombo Quingoma pela Coletiva Muvuca. É cofundadora da Coletiva Arquitetas (in) Visíveis e integra o Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), gestão 2026–2028. Desenvolve pesquisas e projetos nas áreas de direito à cidade, cultura, memória, lutas urbanas e questões interseccionais de gênero, raça e sexualidade.

O horário era próximo das dez horas da manhã. De maneira nenhuma durante os outros dias do ano parece plausível revezar uma cachaça de jambu e água de coco, enquanto se espera no meio da rua. Praça da República: rua aberta, peito aberto, cidade aberta. Lembro que passou um pássaro com diferentes tonalidades de azul, mantinha os braços em movimento e fitas cetim que deixavam um rastro da passagem. *Ó o pesado* era anúncio para a passagem de carga e configurava como um acordo coletivo, cujo movimento abria um vão livre reafirmando certa cumplicidade em cada um cumprir a que veio.

Seis horas e quinze minutos da manhã, quinta-feira, 27 de fevereiro, de 2020, os primeiros anúncios da pandemia da Covid-19 já haviam preenchido as manchetes dos principais veículos de informação. Em frente ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro, vários foliões ainda insistiam em viver o sonho do festejo - no fundo, já pairava a ânsia de viver aquele momento sem saber, de fato, o que poderia acontecer dali a diante. Na Itália e em outros países, a resposta à pandemia já havia sido o confinamento, a fim de evitar aglomerações. Vale a ressalva de uma medida preventiva, porém seletiva, não sendo possível dissociar do contexto social e ambiental quando caracterizado por profunda desigualdade social.

O bloco *Me enterra na quarta* começou seu roteiro em Santa Tereza, na Rua Áurea. Por volta das dez horas da noite, o bloco *meu doce acabou hoje*, que também teve como ponto de partida alguma das várias ruas do mesmo bairro, se une ao *me enterra na quarta* e em uma grande massa de festejo seguem em direção à Lapa. Antes de descer para o Centro, na Praça Odylo Costa Neto, tocam em coro Banho de Folhas de Luedji, “Foi em uma quarta-feira, saí pra te procurar, andei a cidade inteira, mas cadê você, a cidade é grande e as pessoas muitas, e eu por aí, sem te encontrar, vou pedir a Oxalá, Oxalá quem guia”. Os corações pulsaram juntos em um gesto de profundo sentimento de vida e de sentir vivo.

No ritmo de dança e seguindo a banda, descem a ladeira da Rua Taylor, à esquerda entram na Rua da Lapa até chegar ao Lampadário da Lapa. Por volta das três horas da manhã, atravessaram as faixas e seguiram pela Rua do Passeio em direção à Cinelândia. Em um acordo espontâneo, outros instrumentistas, em busca de algum bloco, se unem ao percurso, expandem a dimensão do som e se entrelaçam nas serpentinas brilhantes. Caminhando em dança pela Avenida Rio Branco, como horizonte avista-se a escadaria do Theatro Nacional.

Os carnavalescos que ainda resistem, sobem os degraus e na espera do amanhecer tocam “Alvorada lá no morro, que beleza, ninguém chora, não há tristeza, ninguém sente dissabor”. Nos embalos de Cartola, avistam o nascer do sol, que em tons quentes foi iluminando a praça, a escadaria, os trapos de fantasias, os últimos goles de cachaça e os instrumentos, as pessoas se abraçavam e se sorriam em saudade para um próximo carnaval.

Destes cenários resgatados por nós, algumas categorias poderiam ser diretamente transpostas às práticas do espaço enfatizadas nesta escrita. Parece pertinente destituir os princípios do urbanismo relativos às instalações comunitárias, superfícies verdes ou os locais de lazer e retomar a vida na cidade antes pela sua condição viva, que pela sua forma construída. Com isso, a articulação desta revisão aposta nos devires como prenúncio de uma retomada urbana. Trata-se então de uma retomada da cidade que é decretada não pelos marcos regulatórios do planejamento urbano, mas por uma dimensão estética possível expressa na relação coletiva, insurgente, com o espaço. Ou ainda, tratar as cidades não apenas na sua dimensão pública mas comunitária. A fim de adentrar a cidade das operações financeiras, da comercialização dos lotes, da pré-definição das funções por meio da sua produção desejante, foi aberto um campo de

relações teóricas com argumentos que realizam tais manejos a partir de uma produção estética. No texto intitulado “*O surrealismo - o último instantâneo da inteligência europeia*” (1929), Walter Benjamin propõe um confisco narrativo do presente por meio de manifestações dos surrealistas, grifando os contrassensos da história a partir de uma ordem estética que coloca as experiências em jogo, e não as teorias. O movimento artístico que lida com manifestação, palavra, documento, *bluff* e falsificação (Benjamin, 1929) sugere uma abordagem da história do presente pelas relações diretas do corpo com os acontecimentos, não sem considerar, em primeira ordem, a disposição formal de objetos e as pulsões. Isto porque, quando o autor revira os arquivos surrealistas, o faz já de modo surrealista, compreendendo os acontecimentos históricos e uma dada materialidade como “fortalezas internas, que precisam primeiro ser conquistadas e ocupadas, antes que possamos controlar seu destino.” (Benjamin, 1929, p. 24).

Ou ainda, parece imprescindível assimilar as reivindicações surrealistas como manejo, a fim de acolher a fabricação dos desejos como linha de partida para a criação de novos modos, novos usos, para a construção e ocupação dos lugares, quando “basta levar a sério o amor para descobrir, também nele, uma ‘iluminação profana’” (Benjamin, 1929, p. 24). Uma das propostas surrealistas examinadas por Benjamin “transforma as ruas, portas e praças da cidade em ilustrações de um romance popular, arranca a essa arquitetura secular suas evidências banais para aplicá-las, com toda sua força primitiva, aos episódios descritos.” (Benjamin, 1929, p. 27); e, com isso, o autor demonstra uma intervenção perante a catástrofe, fundada no conceito radical de liberdade e que consiste em trocar o olhar histórico sobre o passado por um olhar político (Benjamin, 1929, p. 25) e, sobretudo, criador, desejante e revolucionário.

A catástrofe aparece como o resultado dos processos históricos que dão manutenção às estruturas de poder e, diante disso, Benjamin desmonta uma organização tanto pessimista quanto revolucionária para o cenário de guerra da época. Apostar na articulação dos desejos está intrínseco a uma condição narrativa que arrisca a alteração da rota. Por esse motivo, em Benjamin, o pessimismo é tão oportuno. A descoberta dessa noção como perspectiva especulativa da história arranja os acontecimentos não por um otimismo sem consciência, inspirado por uma ideologia do progresso linear cujo único objetivo parece ser vencer o opositor, mas como convergência efetiva, ativa e prática dos desejos, ocasionando transformações na nossa relação com o mundo. Não se trata de ler os acontecimentos históricos, mas de reagir a eles pelo próprio corpo.

A catástrofe, portanto, é não agir e ser coagido por um cenário sucessivamente catastrófico. Operar por essa perspectiva ampara uma elaboração de notas cuja premissa tem na catástrofe não só a súbita hecatombe natural ou histórica, mas também a banalidade cotidiana (Pelbart, 2020), como trazido anteriormente na condição sedativa a que nossas subjetividades estão reguladas. Portanto, à contemporaneidade das cidades, ao cenário de horror instaurado pelo contexto sanitário, vale uma perspectiva pautada por um:

Pessimismo em toda a linha. Sim, na verdade, e totalmente. Desconfiança quanto ao destino da literatura, desconfiança quanto ao destino da liberdade, [...] mas, sobretudo, desconfiança tripla diante de qualquer acomodação: entre as classes, entre os povos, entre os indivíduos (Benjamin, 1929, p. 34).

Essa atenção crítica à história do presente e, por consequência, às nossas reações corpóreas é, antes de uma articulação teórica, uma produção de vida que retoma e ressignifica constantemente as relações como um exercício da ética. E encontrar em Benjamin uma organização cujo pessimismo “significa simplesmente extrair a metáfora moral da esfera política e descobrir no espaço da ação política o espaço completo

da imagem” (1929, p. 34) subsidia a realização das anotações delirantes como uma possibilidade de retomar o espaço público. No resgate às reverberações carnavalescas, o cenário é narrado não como descrição de uma experiência cristalizada, mas como avizinhamento dos delírios possíveis na comunhão coletiva — assim como dado aqui, durante um processo de elaboração e arranjo de pensamentos em coautoria.

Parece pertinente sobrepor as temporalidades, resgatando intersecções e gestos, com o intuito de oferecer pistas para a realização de um pessimismo, considerando que:

Somente quando o corpo e o espaço de imagens se interpenetrarem, dentro dela, tão profundamente, que todas as tensões revolucionárias se transformem em inequações do corpo coletivo, e todas as inequações do corpo coletivo se transformem em tensões revolucionárias; somente então terá a realidade conseguido superar-se (Benjamin, 1929, p. 35).

Se a exigência fundamental de Benjamin foi uma escrita histórica a contrapelo, do ponto de vista dos vencidos, interessa aqui contar a história do ponto de vista dos festivos. Quando a festividade realiza uma camada coletiva da vida urbana, podendo ser vista ainda como fundadora de sua dimensão múltipla, imaginária, inventiva e utópica, “ao invés de teimar em enfiar os múltiplos modos de existência que povoam o Brasil em uma única linha produtiva e cumulativa e recair nos falsos dilemas que contrapõem modernidade e arcaísmo” (Pelbart, 2020), é crucial olhar para as passagens históricas não para transpor relatos encontrados com o intuito de ilustrar as narrativas atuais, mas para sobrepor pulsões capazes de oferecer outros modos de perceber a cidade, compreendendo seus gestos em que:

Extraí para si essa imagem e a devora, em que a própria proximidade deixa de ser vista; aí se abre espaço de imagens que procuramos: o mundo em sua atualidade completa e multidimensional, no qual não há lugar para qualquer “sala confortável”, o espaço, uma palavra, no qual o materialismo político e a criatura física partilham entre si (Benjamin, 1929, p. 35).

Dessa maneira, com interesse em uma revisão crítica dos acontecimentos elencados, serão articuladas três principais dimensões extraídas das narrativas: a) da produção coletiva; b) da atualização contemporânea; c) das condições em devir. No primeiro momento, as imagens serão trazidas como testemunho coletivo, como arquivo e apresentação de tais insurreições por meio de diferentes práticas gestuais. Posteriormente, serão articulados os cenários dados e a catástrofe na qual as subjetividades desta autoria estão inseridas. Na terceira articulação, importa compreender quais pistas esses acontecimentos históricos podem trazer para o contexto contemporâneo.

Semelhante aos processos que motivaram a urbanização na Europa — que se estruturaram enquanto problemas a serem solucionados pontualmente e que, a partir de uma política de intervenção no meio urbano ao longo da segunda metade do século XIX e do século XX, tornaram possível o debate sobre as cidades existentes, abrindo espaço para a formação do urbanismo como disciplina e como prática política (Bresciani, 1991) —, as condições insalubres de moradia da população pobre e as condições sanitárias precárias no Brasil favoreceram a proliferação de doenças endêmicas (Benchimol, 2003, p. 244). Pelos sérios problemas de saúde pública, a cidade ganhou a fama de empestada e mortífera, afetando o turismo pelo risco de contaminação por doenças endêmicas e pela própria estrutura colonial, que destoava da condição de capital daquele período (Sevcenko, 1999).



Atingindo níveis altíssimos de mortes no período da República devido à febre amarela, varíola, tuberculose e malária, em 1903, na administração de Pereira Passos, acontecem as primeiras grandes mudanças urbanas no Rio de Janeiro, momento em que também surgem as campanhas de higienização, lideradas pelo médico Oswaldo Cruz. Tais campanhas ficaram conhecidas como sinônimo de “urbanização” e geraram grandes tensões sociais pela imposição da obrigatoriedade da vacinação como mecanismo de controle, revelando a profunda desigualdade socioeconômica que já estruturava a sociedade brasileira.

Durante a Primeira Guerra Mundial, em meados de agosto de 1918, boatos sobre uma doença cujo diagnóstico era incerto começaram a surgir nos meios de comunicação brasileiros. Nesse primeiro momento, as autoridades públicas e a população em geral não se alertaram, tratando a situação com descaso e causando inclusive intrigas, ao afirmarem que a criação do vírus teria autoria alemã, dado o histórico de ataques a navios brasileiros em 1917. Enquanto a influenza se espalhava pelo Brasil, as notícias sobre a gravidade do problema eram ignoradas ou tratadas com descaso e até como piada pelo governo, revelando profunda desinformação e irresponsabilidade diante de uma epidemia que já havia matado milhares de pessoas no norte global. Trata-se de um cenário semelhante ao vivido diante da atuação do presidente vigente no Brasil à época da pandemia recente, cuja postura, marcada pela descrença no vírus, pelo silêncio e pela demora em implementar medidas coletivas de prevenção, teve efeitos amplamente criticados.

Em poucos meses, a gripe espanhola gerava números incontáveis de mortes no Brasil. Por ser a capital federal e um importante ponto de entrada de navios vindos do exterior, o Rio de Janeiro foi a cidade mais afetada pela epidemia no país. Em 1919, o presidente Rodrigues Alves faleceu em decorrência da gripe, e estima-se que o número de vítimas — subnotificado devido às limitações da época — tenha girado em torno de 15 mil mortes apenas na capital. Em artigo “Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro”, Adriana da Costa Goulart traz a imagem do cenário brasileiro da época:



Durante a epidemia de gripe, a visão, nutrida pela população, de descaso das autoridades políticas e sanitárias com relação à saúde pública, e, consequentemente, com o povo. A espanhola trouxe à tona os empecilhos estabelecidos pelo Legislativo, assim como pela estrutura administrativa que se encarregava dos diversos segmentos funcionais da assistência pública de saúde e higiene e do desenvolvimento das políticas e das instituições sanitárias (Goulart, 2005).

Com um sistema de saúde precário, uma administração sanitária falida e sem nenhuma estratégia de governo para socorrer e proteger a população, rapidamente as ruas ficaram tomadas por corpos mortos, vítimas da gripe (Brito, 1991 apud Goulart, 2005). O jornal *Gazeta de Notícias*, na edição do dia 15 de outubro de 1918, traz em sua manchete principal o cenário que se formava: “O Rio é um vasto hospital!”, em outra matéria, dizia: “a desídia criminosa do governo, não há médicos, não há remédio”.

Revisitar a história após mais de um século pode ser assustador, principalmente quando o cenário atual se mostra tragicamente semelhante. Um completo descaso do poder público perante a conjuntura do desespero, uma terrível crise de fome aliada ao desvio de verbas que deveriam ser utilizadas no combate à gripe: os sistemas de saúde e funerário entraram em colapso, enterrando milhares de vítimas em valas coletivas, e um cenário assustador — de corpos largados pelas calçadas — instalou-se no país:

Assim, o evento epidêmico originou uma crise social e uma série de contestações às atividades políticas das elites, trazendo à tona o debate sobre os obstáculos impostos pelo modelo republicano ao exercício da governabilidade plena do Estado, à expansão de suas instituições e, consequentemente, à adoção de medidas sanitárias em larga escala

[...]



Agripe espanhola possibilitou também a reflexão sobre as contradições do próprio sistema institucional republicano e sobre os conflitos entre os poderes na geração de políticas que impediavam a criação de um repertório político que viabilizasse a solução de problemas nacionais ou mesmo locais, como foi o caso do próprio combate à espanhola (Goulart, 2005).

Os vagalumes de sobrevivências na história são, antes de tudo, políticos e históricos. Histórias de corpos e de desejos, histórias de almas e dúvidas durante as grandes barbáries. Uma alegria inocente e poderosa que aparece como alternativa aos tempos sombrios ou excessivamente iluminados pelo fascismo da sociedade de consumo. E, como lampejos de seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes, em um gesto “de um brilhantismo sem precedentes”, foi noticiado pelo jornal *Correio da Manhã*, em 5 de março de 1919, quarta-feira de cinzas do primeiro carnaval após o fulminante surto de gripe espanhola.

Após muito sofrimento e perdas, grande parte da população se tornou imune ao vírus, sendo alcançada a imunidade de rebanho, o que freou o cenário caótico e restaurou uma possível normalidade, já que a população e o comércio haviam sido duramente afetados pela pandemia. Sendo assim, sobre as ruínas deixadas pela gripe — que levou milhares de brasileiros —, o choro e o levante dos que sobreviveram se manifestam de forma carnavalesca e triunfante para celebrar a vida. Afinal, “não há tristeza que possa suportar tanta alegria”, trecho cantado em marchinha pelos Democráticos, grande bloco carnavalesco da época.

Passado o período trágico que se alastrou pela capital federativa, sobravam motivos para tomar as ruas, tornando o carnaval de 1919, “um recorde de animação, de luxo, de alegria e de bom gosto”, comentou o *Correio da Manhã*. Nesse ano surgiram vários blocos e houve um crescimento da comunidade carnavalesca com grandes e temáticos carros alegóricos. A gripe ainda insistia em se fazer presente, mas em tom humorístico e fazendo parte das marchinhas. Nesse mesmo carnaval surge o famoso e ainda existente bloco Cordão da Bola Preta, que sai todo sábado de carnaval da



Avenida Rio Branco e o Bloco do Eu Sozinho, que durou mais de cinquenta carnavais, no qual o jornalista Júlio Silva, desfilava fantasiado e solitário com sua corneta pelas ruas da cidade³.

Percebendo o movimento coletivo de ocupar a cidade em festejo e temendo uma segunda onda da gripe, o governo federal sugeriu que aglomerações fossem evitadas durante o carnaval. Aviso que gerou ainda mais força na organização carnavalesca, trazendo a incerteza de que não haveria outro carnaval, o que reforçava a ideia de que não haveria motivos para poupar-se. Em meio a milhares de pessoas retomando as ruas e a toneladas de serpentinas e confetes, importa também dispor, de forma atenta e crítica, a conjuntura carnavalesca sobre a cidade e seus bons costumes. Apesar do ensejo festivo e eufórico que toma as ruas sem precedentes, é necessário elencar os desvios, resistências e problemáticas de uma retomada desvairada e sedenta de vivência; a lógica da época se faz presente, apesar de tudo. No gesto de tecer imagens entre um cenário pandêmico caótico e a profunda retomada das cidades pela carnavalização das corporalidades, estabelece-se uma ordem dos devires que sistematicamente profana e é profanada por ela.

Algumas décadas depois, em julho de 1999, no centro financeiro de Londres, a celebração coletiva aparece como cenário de um importante acontecimento histórico. Configurado como um “movimento dos movimentos” (Bogad, 2010), a resistência contra práticas do modo de produção capitalista carregava o nome “Carnaval contra o Capital” e ocorreu como insurreição em diferentes contextos geográficos, ideológicos e identitários, em ataque direto às instituições financeiras.

O carnaval não conhece a ribalta, no sentido de que não reconhece qualquer distinção entre atores e espectadores. A ribalta destruiria um carnaval, assim como a ausência de ribalta destruiria um performance teatral. O carnaval não é um espetáculo visto pelo povo;

ele é vivido, e todos participam, porque sua própria ideia abrange todas as pessoas. Enquanto dura o carnaval, não há vida fora dele. Durante o carnaval, a vida está sujeita apenas às suas próprias leis, ou seja, às leis de sua própria liberdade (Bakhtin apud Bogad, 2010, p. 7).

Nesse sentido, é possível compreender um carnaval tático (Bogad, 2010), quando a condição burlesca aparece mais como procedimento circunstancial do que como evento. Como quem atira uma serpentina no meio da avenida, as insurgências são resgatadas primeiro como memória cristalizada em nossas corporalidades e, depois, como momento histórico. Primeiro como exploração de um *pathos* e depois como fatos, com o objetivo de produzir uma narrativa em que quaisquer referenciais teóricos sejam acompanhados de fantasia, imaginação, criação e extravagância.

A ação direta possibilitada pela celebração burlesca realiza o acirramento de uma estrutura de poder e se dilui tão logo passa o bloco; ou seja, atua como um vazamento estrutural, mas não demanda legitimação nessa mesma estrutura, assim como as condições de devir. A potência de pensamento inaugurada tanto pelos acontecimentos históricos revisados quanto pelas circunstâncias vigentes no festejo é justamente uma insurreição que tem por habilidade a criação de motins em diferentes camadas do cotidiano. Não se trata da instalação de uma nova ordem urbana. Se, nos cortejos, entregamos o aumento de nossas potências de agir, considerando a proximidade da quarta-feira, talvez um dos enunciados inevitáveis para a retomada das cidades seja a aproximação com o nosso fim *aesthetico*, no anestesiamento trivial de nossos sentidos.

Montar, desmontar, remontar os devires

Aby Warburg coloca as imagens em relação a partir daquilo que nelas irrompe, ou ainda, prescinde de suas descrições para assumir seus gestos. Nesse sentido, torna-se pertinente pensar o apontamento delirante como chave analítica para a retomada das cidades, assumindo como ponto de partida seu potencial ético-estético. Mais do que uma elaboração puramente teórica, o exercício dessas pulsões exige deslocamento, isto é, uma implicação direta com os movimentos que atravessam o urbano.

Como apresentado ao longo deste percurso, a construção narrativa aqui proposta se organiza como uma perambulação: uma prática de leitura que decompõe sensações produzidas por experiências coletivas e articula um plano imanente atravessado por devires. Trata-se de uma abordagem histórico-ensaística que, inspirada em Walter Benjamin (1929), opera por meio de uma montagem de tempos heterogêneos, tensionando acontecimentos e produzindo fricções entre passado e presente. Assim, interessa menos a reconstrução linear dos eventos do que a ativação de suas potências no agora.

Tal movimento encontra ressonância também na proposta de fabulação crítica formulada por Saidiya Hartman (2008). Ao confrontar os limites dos registros históricos, a autora chama atenção para aquilo que permanece nas margens das narrativas consolidadas: presenças fragmentárias, experiências interrompidas e vidas que atravessam a história e são apagadas. Não se trata de recompor uma totalidade perdida, mas de acompanhar vestígios, sobrevivências e rastros que insistem em reaparecer, reconhecendo que a própria imaginação pode operar como ferramenta crítica diante daquilo que os arquivos não foram capazes de preservar.

³ Informações retiradas do artigo “O carnaval do fim do mundo: como a gripe espanhola revolucionou a folia carioca” autoria de Rafael Sette Câmara, disponível em: <<https://www.360meridianos.com/especial/carnaval-rio-1919-gripe-espanhola>>. Acesso em: 30 de maio 2021.

Nesse sentido, a aproximação entre a gripe espanhola, o Carnival Against the Capital e a pandemia de Covid-19 não busca estabelecer uma continuidade causal entre acontecimentos distintos. Interessa, antes, perceber como determinadas tensões retornam sob diferentes formas, especialmente aquelas relacionadas à ocupação do espaço urbano, à presença dos corpos e às disputas em torno da vida pública. Mais do que identificar origens ou consequências, trata-se de acompanhar gestos que sobrevivem, reaparecem e se transformam ao longo do tempo.

Por essa via, Benjamin oferece uma chave fundamental ao propor a organização do pessimismo como prática crítica, capaz de deslocar o olhar histórico para uma dimensão política e sensível. Tal movimento encontra ressonância na leitura de Didi-Huberman (2016), que, ao revisitar a tradição warburguiana, reposiciona as emoções não como sinais de fraqueza, mas como forças de deslocamento. A e-moção, nesse sentido, designa um gesto de sair de si, de ser lançado ao mundo. Trata-se de um movimento simultaneamente exterior e interior, que mobiliza o corpo como operador de leitura da história e da cidade.

A partir dessa perspectiva, as manifestações festivas — aqui compreendidas como práticas coletivas situadas — podem ser lidas como formas de insurgência urbana. Não se trata, portanto, de equipará-las a ações revolucionárias estabilizadas, mas de reconhecê-las como eventos que tensionam, ainda que de modo provisório, as formas instituídas de organização do espaço. O carnaval, nesse contexto, não opera apenas como celebração simbólica, mas como prática que reorganiza temporariamente as relações entre corpo, cidade e poder, suspendendo normas e abrindo brechas sensíveis no cotidiano urbano.

Essa suspensão, contudo, não implica a instauração de uma nova ordem, mas sim a produção de variações — aquilo que Deleuze e Guattari (1997a) denominam de devir. O devir, aqui, não é entendido como transformação finalística ou progressiva, tampouco como representação de um modelo ideal, mas como processo que se dá no entre, na variação contínua e na criação de novas possibilidades de existência. Nesse sentido, os acontecimentos festivos não produzem “outra cidade”, mas intensificam o campo do possível no interior da cidade existente, reconfigurando temporariamente suas lógicas de uso, circulação e participação.

Assim, ao articular corpo, emoção e espaço urbano, essas práticas evidenciam aquilo que pode ser compreendido como micropolítica das relações urbanas. Ao invés de se orientarem por projetos de transformação total, operam em escalas situadas, produzindo deslocamentos que incidem sobre as formas de perceber, habitar e compartilhar a cidade. Essa dimensão se aproxima das formulações de Suelly Rolnik (2016; 2018), sobretudo quando aponta para o campo do desejo como espaço estratégico de disputa: Afirmar as pulsões ético-estéticas como circunstância redefine mesmo a característica qualitativa de nossas discussões cívicas. A civilidade como negociação contínua com o outro, e não como paradigma de relação social para a manutenção dos poderes, permite produzir debates em que:

Insurgir-se nesse terreno implica que se diagnostique o modo de subjetivação vigente e o regime de inconsciente que lhe é próprio, e que se investigue como e por onde se viabiliza um deslocamento qualitativo do princípio que o rege. Sem isso, a tão aclamada proposta de reapropriação coletiva da força criadora como profilaxia para a patologia do presente não sairá do laboratório das ideias, correndo o risco de permanecer confinada no plano imaginário e em suas belas ilusões alentadoras pelos mesmos dispositivos de captura (Rolnik, 2018, p. 35).

Nesse horizonte, a especulação histórica aqui mobilizada assume um caráter intensivo: não se trata apenas de descrever acontecimentos, mas de apreender suas cargas afetivas e políticas como forças capazes de desestabilizar discursos dominantes sobre o urbano. A carnavalização aparece, então, como prática de intervenção que, ao mobilizar fantasia, imaginação e criação, tensiona as formas normativas de ocupação do espaço, operando como um tipo de “vazamento” — uma fissura momentânea, mas significativa.

Tal operação, entretanto, exige atenção crítica aos modos de captura que atravessam esses mesmos processos. Como indica Rolnik (2018), insurgir-se implica diagnosticar o regime de subjetivação vigente e compreender como ele se reproduz. Nesse sentido, as práticas festivas não podem ser celebradas de maneira acrítica, uma vez que também estão sujeitas às dinâmicas de neutralização e reintegração pelo próprio sistema que tensionam.

Assim, mais do que afirmar a festa como solução, este trabalho propõe compreendê-la como campo de disputa: um espaço em que se entrelaçam forças de resistência e mecanismos de captura, produção de desejo e sua regulação. Nesse entremeio, a retomada do espaço público não se configura como retorno a uma condição anterior, mas como reinvenção contínua das formas de presença e convivência.

Retomar o corpo na cidade, nesse sentido, é reativar sua dimensão política. Ao compor a multidão, ao ocupar o espaço e ao instaurar outras temporalidades, essas práticas produzem deslocamentos que, ainda que efêmeros, deixam marcas na experiência urbana. Como sugere Didi-Huberman (2017), é precisamente nesse campo do aparentemente inimaginável que se inscreve a potência de criação: “isto é inimaginável, logo devo imaginá-lo apesar de tudo”.

Por fim, a leitura proposta busca afirmar que são nesses gestos — fragmentários, festivos, por vezes contraditórios — que se delineiam possibilidades de reconfiguração do urbano. Não como projeto acabado, mas como processo em aberto, marcado por intensidades, encontros e variações. Nesse sentido, os devires urbanos não se apresentam como respostas definitivas, mas como insistências: modos de reabrir o mundo e, com ele, a própria experiência da cidade.

A aproximação entre diferentes momentos históricos que perambulam do contexto das crises sanitárias às manifestações festivas, não se estabelece apenas pela excepcionalidade da pandemia, mas pela persistência de tensões estruturais que atravessam a vida nas cidades. Se os autores mobilizados neste trabalho elaboraram suas reflexões em meio às catástrofes do século XX, suas contribuições permitem compreender que tais momentos não são interrupções isoladas, mas expressões de crises mais profundas que se atualizam em diferentes conjunturas. Assim, a pandemia recente não inaugura essas tensões, mas as intensifica e as torna mais visíveis, evidenciando dispositivos de controle, desigualdades e limites da vida urbana contemporânea.

É nesse cenário que a retomada das cidades por meio de manifestações festivas deve ser lida não como um gesto unívoco, mas como um campo ambivalente. Por um lado, tais práticas afirmam a potência coletiva dos corpos, reinstaurando a dimensão pública da vida urbana e produzindo brechas nos regimes de regulação do espaço. Por outro, não escapam às dinâmicas de captura e institucionalização, podendo ser reabsorvidas pelas mesmas estruturas que tensionam.

Como quem atira uma serpentina no meio da avenida, as insurgências se apresentam, inicialmente, como memória inscrita nas corporalidades e, posteriormente, como elaboração histórica. No entanto, essa passagem não é linear nem estável: ela se dá

em meio a disputas de sentido que atravessam tanto as práticas coletivas quanto suas interpretações. Nesse ponto, o carnaval, longe de ser apenas expressão de ruptura, revela também os limites e as contradições das formas pelas quais a cidade é vivida, apropriada e regulada.

Dessa forma, mais do que afirmar a festa como resposta às crises urbanas, interessa compreendê-la como prática situada, atravessada por tensões entre resistência e acomodação. A potência das manifestações festivas reside precisamente nessa instabilidade: na capacidade de produzir deslocamentos sensíveis e coletivos, ainda que efêmeros, que reconfiguram temporariamente as relações entre corpo e cidade. Se a retomada das cidades aparece, ao longo deste percurso, como uma potência inscrita nas práticas festivas e coletivas, permanece em aberto uma questão que atravessa os próprios limites dessa retomada. As manifestações que ocupam as ruas reativam a dimensão pública da vida urbana, mas também tornam visíveis as disputas que constituem o espaço da cidade. Nem todas as presenças são acolhidas da mesma maneira, assim como nem todas as experiências permanecem visíveis nas memórias que se produzem sobre os acontecimentos.

Fica posto que a questão que permanece em aberto não se resolve na escolha entre a excepcionalidade pandêmica ou uma leitura estrutural das crises contemporâneas, mas se coloca na intersecção entre ambas: como compreender os modos pelos quais eventos críticos tornam visíveis processos históricos mais amplos e, a partir disso, pensar práticas urbanas que não apenas respondam às crises, mas tensionem suas próprias condições de existência. Nesse movimento, a retomada da cidade não diz respeito apenas ao retorno dos corpos às ruas, mas às formas pelas quais determinadas corporalidades podem ocupar, compartilhar e produzir o espaço urbano, enquanto outras permanecem à margem ou reaparecem apenas como vestígios. É nesse campo de tensões que os devires urbanos insistem: não como solução para as crises, mas como abertura para outras possibilidades de presença, encontro e invenção da vida coletiva.

Referências

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.v.3. . *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: 34, 1997a. v.4 e 5.
- BOGAD, L. M.(2010) 'Carnivals against capital: radical clowning and the global justice movement', *Social Identities*, 16: 4, 537 — 557.
- BRESCIANI, M. S. Dimensões do estar no mundo/cidades: o público, o privado, o íntimo. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. *Corpocidade: gestos urbanos*. Salvador: Edufba, 2017, p. 103-149.
- BRESCIANI, M. S. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. *Cidade & História*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. ANPUR, 1992, p. 11- 26.
- BENCHIMOL, Jaime (2003). Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *Brasil Republicano*, vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 231–285.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?* Tradução de Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. Tradução de André Telles. São Paulo: Editora 34, 2017.

HARTMAN, Saidiya. *Venus in Two Acts*. Small Axe, Durham, v. 12, n. 2, p. 1–14, 2008.

STJOHN, Graham(2008). "Protestival: GlobalDays of Action and Carnivalized Politics in the Present". *Social Movement Studies*. 7 (2): 167–190. doi:10.1080/14742830802283550.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Editora Sulina: 2ª edição, 2016.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SEVCENKO, Nicolau (1990). *A Revolta da Vacina*. Porto Alegre: Scipione.